



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Exmo. Senhor

Primeiro-Ministro Dr. António Costa,

Exmos. Senhores e Senhoras

Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, da Internacionalização, do Turismo e do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia,

Exmos. Senhores

Deputados à Assembleia da República,

Exmo. Senhor

Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros,

Exmo. Senhor

Diretor Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas,

Exmo. Senhor

Diretor Geral de Política Externa,

Exmos. Senhores

Representantes do Instituto Diplomático e da Inspeção Diplomática,

Exmos. Senhoras e Senhores

Representantes do Turismo de Portugal, do Instituto Camões, da AICEP, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da Direção Geral do Ensino Superior,

Exmo. Senhor

Presidente da Fundação Oriente,

Exmo. Senhor

Representante da TAP,



COMUNIDADES
PORTUGUESAS

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
Largo do Rilvas, 1399-030 Lisboa, PORTUGAL

TEL + 351 21 394 60 00 FAX + 351 21 394 60 56 EMAIL gabinete.secp@mne.gov.pt www.portugal.gov.pt



Exmos. Senhoras e Senhores

Cônsules Honorários,

Exmos. Senhores representantes da comunicação social,

Caras senhoras e caros senhores

As funções consulares, além de historicamente relevantes, são de uma elevada dignidade institucional, primaciais na defesa e afirmação dos direitos humanos essenciais e vitais ao exercício de uma cidadania esclarecida.

Elas são, ainda, essenciais à defesa e afirmação dos interesses do Estado. À luz da Convenção de Viena e do Regulamento Consular, elas repartem-se por atos de proteção e de apoio consular, por funções culturais e educativas¹, por funções económicas e comerciais² e, ainda, por funções de apoio social³.

As Prioridades de Política para os Portugueses no mundo inscrevem-se no quadro da missão de serviço público enunciada e atribuída aos postos consulares primeiramente aos de carreira, concomitantemente, aos consulados honorários aos quais foram conferidos poderes alargados e, complementarmente, a uma rede mais ampla de consulados honorários com o poder de representação (mas sem poderes para a prática de atos consulares), todos eles titulares de um conjunto de privilégios e imunidades destinados a garantir a eficácia da representação do Estado.

¹ Artigo 64.º, n.º 1, alíneas a), b), c), d) e f) do Regulamento Consular.

² Artigo 65.º, n.º 1, alíneas a), b), c), d), f), g) e h) do Regulamento Consular.

³ Artigo 66.º, alíneas a), b), c), d), f), g) e h) do Regulamento Consular.





Historicamente, os cônsules honorários tiveram importantes funções, nomeadamente de cariz comercial e económico, atendendo ao seu estatuto social e às boas relações institucionais com os Estados e nações de acolhimento. Nos últimos anos e por força das restrições impostas à rede consular e diplomática de carreira no seu todo, os cônsules honorários têm vindo a assumir uma maior importância sobretudo na garantia do apoio e da proteção consular em locais distantes dos postos de carreira e onde há comunidades portuguesas e, ainda, em locais considerados importantes do ponto de vista da defesa dos interesses do Estado português, nomeadamente os de natureza económica e comercial.

Ora, estabelecer uma metodologia de conhecimento e de avaliação do trabalho realizado por parte dos cônsules honorários e dar-lhes uma orientação política mais sistemática, em função das prioridades de trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros; estabelecer critérios mais claros, sólidos, e escrutináveis na avaliação conducente à criação, extinção e suspensão dos consulados honorários; e definir regras mais nítidas para fundamentar a decisão de alargamento dos seus poderes e para a atribuição do respetivo apoio financeiro e material, constitui o objetivo central deste I Encontro dos Cônsules Honorários, sob a temática: “Rede Honorária de Portugal no Mundo: Realidade e Potencial”.

No âmbito das prioridades de trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como se pode ler na intervenção do senhor Ministro⁴, estão a política de apoio e proteção às comunidades portuguesas, a internacionalização do País e a sua inserção nas diferentes redes de valor globais. A internacionalização da língua, da cultura, da ciência e do ensino superior; da economia, das empresas portuguesas e dos esforços de inserção do País nas redes de cooperação internacional para o

⁴ <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=dd82318d-77df-4d6c-81fd-25da31be2b29>





desenvolvimento. Mas, também, os esforços no setor do turismo destinados a mostrar ao mundo o potencial do nosso País, desde o património histórico e cultural, material e imaterial, até às oportunidades de investimento nos nossos municípios e regiões e que ajudam a criar novas oportunidades aos que aqui querem viver e investir.

Senhoras e senhores cónsules honorários,

Este encontro, ao ter a intenção de melhor conhecer e enquadrar o vosso trabalho, tem também por objetivo reconhecer o esforço que é feito por cada um de vós na defesa das portuguesas e dos portugueses no mundo e dos interesses do Estado que vos confiou esta missão.

Tomei verdadeira consciência, porque testemunhei *in loco* o trabalho decisivo do nosso Cónsul Honorário em *Clermont Ferrand* na proteção e apoio às vítimas portuguesas de um acidente que há dois anos teve lugar em França, assim como o trabalho incansável do nosso Cónsul Honorário em Nice, por altura dos atentados ocorridos naquela cidade no verão de 2016. Poderia dar muitos outros exemplos. Socorro-me destes dois, na medida em que se tratou de situações limite na proteção e apoio à vida humana. Porém, este encontro visa estabelecer um acréscimo de exigência para a qual vos queremos convocar.

Aproveito, pois, para vos falar das nossas prioridades para as comunidades portuguesas:

1. Proteção e apoio consular: reforço nos meios humanos e modernização

A primeira prioridade tem a ver com o apoio e a proteção consular em casos de emergência. Infelizmente, temos vindo a conhecer um número cada vez mais significativo e complexo de situações de emergência. Para o efeito, temos vindo a reforçar o Gabinete de Emergência Consular (GEC)





em termos tecnológicos e de recursos humanos. Trata-se de uma estrutura que funciona sete dias por semana e 24 horas por dia.

Por outro lado, gostaria de sublinhar que, no âmbito da política de Recursos Humanos, da competência do senhor MNE, a prioridade esteve concentrada no reforço dos meios humanos nos serviços consulares. Em 2016 foram preenchidos 31 novos lugares, dez de chanceler e 21 de assistente técnico. Em 2017, foram abertos concursos para 64 lugares de assistente técnico e, ainda, já noutra âmbito, foi realizado o concurso para 30 adidos de embaixada. Para 2018 e 2019, estão já identificadas as prioridades de recrutamento, procurando garantir-se o princípio da reposição de perdas ocorridas nos últimos anos.

No quadro da modernização, gostaria de destacar as seguintes medidas em curso:

- a) O Ato Único de Inscrição Consular;
- b) O Centro de Atendimento Consular (CAC), com experiência piloto já em funcionamento em Espanha;
- c) O Espaço do Cidadão já em fase de avaliação em Paris e em S. Paulo;
- d) A plataforma de ensino de português à distância “Português Mais Perto”, numa parceria do Camões, Instituto da Língua, da Cultura e da Cooperação e a Porto Editora;
- e) A adoção e alargamento do agendamento on-line;
- f) A nova Lei da Nacionalidade;
- g) O prazo de validade do Cartão do Cidadão;
- h) O trabalho em curso destinado a adotar o novo modelo de passaporte, denominado de “Passageiro Freqüente”;
- i) O Recenseamento Automático, que permitirá passar dos atuais 318 mil inscritos para mais de 1 milhão 380 mil inscritos. Tratar-se-á da mais importante medida de política adotada desde o 25 de Abril no que à qualidade da cidadania dos portugueses no mundo diz respeito.





2. Ensino da língua portuguesa. No âmbito desta prioridade de trabalho, todos os esforços têm sido desenvolvidos para promover o ensino enquanto língua de herança, mas, concomitantemente, como língua global, integrada nos *curricula* dos países de acolhimento. Graças ao esforço de centenas de professores da rede Camões mais de 70 mil alunos diariamente aprendem a língua portuguesa.

Contudo, como terceira língua mais falada fora da União Europeia, como língua europeia mais falada no Hemisfério Sul, a língua portuguesa que conta hoje com 261 milhões de falantes e que poderá atingir os 500 milhões no fim do século, impõe um trabalho junto das autoridades dos países de acolhimento das comunidades portuguesas tendo em vista a sua integração na estrutura curricular das suas escolas.

Temos, inclusivamente, em curso, um novo modelo de ensino, designado de complementar, a ser aplicado no Luxemburgo, que permitirá suprimir lacunas detetadas quer no ensino de herança, quer no ensino integrado. Naturalmente, este novo modelo aplica-se a contextos muito específicos de grande diversidade e forte complexidade linguística e cultural. Mas, é este o exemplo que queremos seguir na promoção e defesa da língua portuguesa no mundo.

3. Novo conceito de apoio ao associativismo.

Procurámos atualizar os objetivos e os critérios de apoio ao movimento associativo dos portugueses no estrangeiro.

O movimento associativo de natureza mais tradicional deve continuar a merecer a nossa atenção, enquanto fator de integração social e cultural e de cidadania comprometida com os valores da solidariedade. Mas importa, também, identificar e apoiar na sua organização em rede os jovens estudantes, investigadores, professores e demais profissionais hoje inseridos na cadeia de valor do saber, da cultura, da ciência e das





profissões qualificadas e altamente qualificadas, assim como os investidores da diáspora e os luso-eleitos.

E há experiências já desenvolvidas em território nacional, desde os fins da década de 90, no âmbito da rede social, como é o caso dos centros de dia, centros de noite e do apoio domiciliário que devem ser promovidas nas comunidades portuguesas.

4. Os Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE).

Os GAE resultam de acordos de cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) e as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. O envolvimento do poder local resulta do facto de 90% dos nacionais que regressam a Portugal se fixarem na freguesia de onde partiram, sendo as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia os seus principais pontos de referência.

Existem atualmente GAE's em 132 municípios e freguesias por todo o país. Está em curso um processo visando conferir um escopo mais amplo e renovar o conteúdo funcional destes Gabinetes, através da celebração de Protocolos de Cooperação de 2ª geração.

De referir, ainda, a aplicação de várias das funcionalidades dos GAE em cidades situadas em países com uma Comunidade Portuguesa significativa e em apoio substantivo a esta. Até à data, foram assinados três Protocolos desta natureza em França, com os municípios de Pontault-Combault, Cenon e Soufflenheim; um na Alemanha, em Osnabrück, estando em preparação outros dois, respetivamente nas cidades de Cuxhaven e Bremerhaven; outro no Reino Unido, em Wrexham (País de Gales); e outros dois na Austrália, com os municípios de Melbourne e Inner West.

5. O Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID).

O GAID é uma plataforma orgânica vocacionada para identificar, apoiar e facilitar projetos de micro e pequeno investimento em Portugal com origem nas Comunidades Portuguesas e lusodescendentes, bem





como acolher, encaminhar e acompanhar propostas de internacionalização de pequenas empresas de base regional.

Gere, além disso, uma base de dados em constante atualização, que abrange atualmente mais de cinco milhares de micro e pequenas empresas criadas ou detidas por portugueses residentes no exterior, ou que se encontram baseadas em Portugal mas em processo de internacionalização, Câmaras de Comércio e outras entidades ligadas ao associativismo empresarial.

Em dezembro de 2016 realizou-se o 1º Encontro de Investidores da Diáspora, em Sintra, que juntou cerca de 300 representantes de empresas de 35 países, 66 Câmaras de Comércio da Diáspora, empresas portuguesas e Municípios.

O último encontro realizou-se nos dias 15 e 16 de dezembro de 2017, em Viana do Castelo, e juntou cerca de 570 participantes de 38 países. Nessa ocasião, em parceria com a Fundação AEP, foi entregue o Prémio “Elevar o seu Negócio 4.0”, no quadro do Programa Empreender 2020 – Regresso de uma Geração Preparada – <http://www.elevaroseunegocio.pt/>. Em julho teremos o I Encontro de cariz regional, a realizar nos Açores.

6. Os “Diálogos com as Comunidades”.

Os “Diálogos com as Comunidades” têm como objetivo promover um diálogo mais estruturado e sistemático com os portugueses no mundo e dar expressão concreta, nas políticas públicas, aos seus anseios e preocupações. A partir desta identificação, com apoio da rede diplomática e consular do MNE, temos vindo a convocar vários membros do Governo para as sessões dos “Diálogos com as Comunidades” que constituem uma oportunidade ímpar para auscultar, de forma aberta, alargada e participativa, as críticas e as propostas dos portugueses residentes no estrangeiro sobre matérias que se inscrevem na sua relação com o Estado português.





Foram realizadas, desde outubro de 2016, sessões dos “Diálogos com as Comunidades” em quatro países: Bélgica (Bruxelas), Reino Unido (Londres e Manchester), Luxemburgo (esta presidida pelo senhor Presidente da República) e Suíça (Lausanne, Berna e Zurique).

7. O Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP).

É um órgão consultivo do Governo para as políticas relativas à emigração e às comunidades portuguesas no estrangeiro. O CCP é composto por um máximo de 80 membros, eleitos pelos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro que sejam eleitores para a Assembleia da República. O mandato dos conselheiros tem a duração de quatro anos.

Caras e caros Cônsules Honorários,

Quero, para terminar, reiterar o meu agradecimento pelo vosso trabalho de representação do Estado português em defesa, apoio e proteção dos portugueses no estrangeiro.

Permitam-me, contudo, que vos interpele no sentido de contribuírem ainda mais ativamente para a concretização destas prioridades políticas e das prioridades definidas no programa do Governo relativas à internacionalização do País nas suas dimensões social, cultural, científica, económica e política.

16 de Abril de 2018.

José Luís Carneiro
(Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas)



COMUNIDADES
PORTUGUESAS